

CP/3/2023 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE DIGITALIZAÇÃO 2D, 3D E FILME

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



ÍNDICE

SECÇÃO I - Disposições Gerais	4
Artigo 1.º - Identificação do Procedimento	4
Artigo 2.º - Objeto.....	4
Artigo 3.º - Definições	4
Artigo 4.º - Adjudicação por lotes	4
Artigo 5.º - Entidade Adjudicante.....	5
Artigo 6.º - Decisão de Contratar.....	5
Artigo 7.º - Fundamentação da Escolha do Procedimento.....	6
Artigo 8.º - Peças do Procedimento	6
Artigo 9.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento.....	6
Artigo 10.º - Esclarecimentos e Listas de Erros e Omissões	7
SECÇÃO II - PROPOSTAS.....	7
Artigo 11.º - Concorrentes	7
Artigo 12.º - Agrupamentos	8
Artigo 13.º - Prazo e modo de apresentação de Propostas.....	8
Artigo 14.º - Documentos que constituem a proposta	9
Artigo 15.º - Preço anormalmente baixo.....	11
Artigo 16.º - Propostas variantes e Negociação de Propostas.....	11
Artigo 17.º - Prazo de manutenção das propostas.....	11
Artigo 18.º - Idioma dos documentos da proposta.....	11
Artigo 19.º - Júri	12
SECÇÃO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS.....	12
Artigo 20.º - Análise de Propostas.....	12
Artigo 21.º - Esclarecimentos sobre as propostas.....	14
Artigo 22.º - Critério de Adjudicação e Desempate.....	14
Artigo 23.º - Relatório Preliminar.....	15
Artigo 24.º - Audiência prévia	15

Artigo 25.º - Relatório Final	16
SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO	16
Artigo 26.º - Notificação da Decisão de Adjudicação	16
Artigo 27.º - Causas de não adjudicação.....	17
Artigo 28.º - Documentos de Habilitação	17
Artigo 29.º - Caução	19
SECÇÃO V - CONTRATO	20
Artigo 30.º - Aceitação da Minuta de Contrato	20
Artigo 31.º - Reclamações contra a Minuta	20
Artigo 32.º - Notificação de ajustamento ao Contrato	20
Artigo 33.º - Outorga do Contrato	20
SECÇÃO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	21
Artigo 34.º - Dever de colaboração.....	21
Artigo 35.º - Contagem de prazos.....	21
Artigo 36.º - Encargos.....	21
Artigo 37.º - Foro competente	21
Artigo 38.º - Legislação aplicável.....	22
Anexos:	23
ANEXO I - DEUCP.....	24
ANEXO II – Declaração de habilitação.....	25
Anexo III – Modelo de Avaliação de Propostas	26
Anexo IV - Modelo de caução prestada por depósito em dinheiro ou em títulos.....	29
Anexo V - Modelo de Garantia Bancária	30
Anexo VI - Modelo de Seguro-caução	31

SECÇÃO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º - Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem a referência **CP/3/2023**, sendo adotado o procedimento na modalidade de Concurso Público com publicidade em Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da al. a) do n.º 1 art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Artigo 2.º - Objeto

O presente procedimento tem por objeto contratual a *Aquisição de Serviços de Produção e Fornecimento de Digitalização 2D, 3D e Filme de bens do acervo do Museu Rainha D. Leonor*, conforme especificado no Caderno de Encargos, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), classificado com os CPV:

- a. CPV- 79961300-1 Serviços de fotografia especializada;
- b. CPV - 71355100-2 Serviços de fotogrametria
- c. CPV - 92111250-9 Produção de filmes informativos.

Artigo 3.º - Definições

No âmbito do presente procedimento, enquadram-se as seguintes definições:

- a. **Registos** – itens a registar, compreendendo os seguintes grupos do acervo do Museu Rainha D. Leonor: ourivesaria, moedas de época romana, arqueologia romana, escudela, escultura romana e epigrafia, estelas, artefactos arqueológicos, coleção visigótica do Museu Rainha D. Leonor, ou Filme PCI.
- b. **Tipologia** – técnica de registo dos itens, podendo compreender: 2D, 3D ou Filme.

Artigo 4.º - Adjudicação por lotes

- 2. O procedimento prevê a adjudicação por lotes, designadamente:

- a. Lote 1 – Registos 2D e 3D;
 - b. Lote 2 – Filme.
3. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas a um lote ou ao conjunto de lotes que constitui o objeto do procedimento, não existindo limitação do número de lotes a ser adjudicados a cada concorrente.
 4. No caso da adjudicação de ambos os lotes recair sobre o mesmo adjudicatário, será celebrado um único contrato que combine a totalidade dos mesmos.
 5. Pode existir uma decisão de adjudicação para cada lote, podendo tais decisões ocorrer em momentos distintos, nos termos do n.º 2 do art.º 73.º do CCP.

Artigo 5.º - Entidade Adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Estado Português através da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC-Alentejo) com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 600031985, com sede na Rua de Burgos n.º 5, 7000-863 Évora, Portugal, com e o endereço de correio eletrónico info@cultura-alentejo.gov.pt.
2. Todas as notificações e comunicações no âmbito do procedimento relativas à fase de formação do contrato decorrerão através da plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço www.acingov.pt.

Artigo 6.º - Decisão de Contratar

1. O órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, é, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho em conjugação alínea a) do n.º 1 do 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril), a Senhora Diretora Regional de Cultura do Alentejo, no exercício das competências que lhe foram delegadas pelo Despacho n.º 8482/2022, de 27 de junho de 2022, da Senhora Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural, publicado no Diário da República

nº130, II Série, de 7/07/2022 e Despacho nº 1823/2023 publicado no Diário da República nº26, II Série, de 6/02/2023.

1. A decisão de contratar foi tomada no dia 26/09/2023, através de ato administrativo com a referência Informação n.º46/DRHF/2023.

Artigo 7.º - Fundamentação da Escolha do Procedimento

O procedimento a adotar é de Concurso Público com publicidade em Jornal Oficial da União Europeia; escolhido nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual.

Artigo 8.º - Peças do Procedimento

O processo relativo ao presente procedimento é composto pelas seguintes peças:

- i. Anúncio;
- ii. Programa do Procedimento;
- iii. Caderno de Encargos.

Artigo 9.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. Para efeitos de consulta dos interessados, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na Direção Regional da Cultura do Alentejo, situada na Rua de Burgos n.º5, 7000-863 Évora, Portugal.
2. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas em área de acesso livre na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov com o seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt.
3. O acesso aos restantes documentos e comunicações do procedimento é reservado aos operadores que se manifestem interessados, sendo para tal necessário registo na mencionada plataforma eletrónica.
4. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar a respetiva proposta, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento.

Artigo 10.º - Esclarecimentos e Listas de Erros e Omissões

1. Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O Júri do Procedimento é o órgão responsável pelas respostas aos pedidos de esclarecimento, por competência delegada, comunicando as mesmas, por escrito, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através de plataforma eletrónica de contratação pública onde o procedimento é tramitado.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, procede à retificação de erros e omissões das peças do procedimento ou pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões apresentadas, até ao segundo terço do prazo de apresentação de propostas, considerando rejeitados, os que não sejam por ele expressamente aceites, até às 23:59 horas do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, utilizando para o efeito a plataforma indicada no ponto anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. No caso de existir lugar à prorrogação do prazo nos termos do artigo 64.º do CCP, o mesmo aproveita a todos os interessados.

SECÇÃO II - PROPOSTAS

Artigo 11.º - Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 12.º - Agrupamentos

1. Os concorrentes podem apresentar-se individualmente ou em agrupamento, sem que exista qualquer modalidade jurídica de associação, sendo todos os membros de um agrupamento concorrente solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes individualmente no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Em caso de adjudicação, todos e apenas os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, com responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 13.º - Prazo e modo de apresentação de Propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até às 23:59 horas, do 33.º (trigésimo terceiro) dia a contar da data de envio do envio de anúncio para publicação em Jornal Oficial da União Europeia.
2. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues através da plataforma www.acingov.pt até à data e hora definidas no número anterior, contendo certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com o disposto do art.º 54º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificada credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
4. Nos casos em que o certificado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá ser apresentado documento oficial indicando o poder de representação do signatário.
5. Sempre que os documentos sejam assinados por procurador, juntar-se-á procuração, que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

6. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá ser assinada eletronicamente pelo representante comum do agrupamento, devendo-se dar cumprimento ao previsto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
7. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta dos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.

Artigo 14.º - Documentos que constituem a proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta deverá ser indicado, de forma inequívoca, quais os lotes a que o concorrente pretende concorrer.
3. A proposta deverá ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), nos termos do n.º 6 do art.º 57.º do CCP, em consonância com as instruções do Anexo I ao presente Programa;
 - b) Documentos que contenham os atributos e termos e condições da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar em cada um dos lotes, incluindo, obrigatoriamente:
 - i. O preço global por lote;
 - ii. O preço para cada um dos elementos que constitui o objeto contratual definido nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos, discriminando, no mínimo, o preço proposto por cada tipo de registo, em cada ano civil;
 - iii. Estrutura da equipa a afetar ao projeto, elementos a afetar a cada tarefa e o *curricula* que inclua as funções de todos os elementos, bem como a experiência académica,

profissional e certificações, referência a projetos anteriores, tecnologias e formatos, relevantes para a execução do contrato a celebrar, que permita verificar os pressupostos relativos à equipa presentes nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos;

iv. Cronograma proposto para a execução contratual, do tipo Gantt, em conformidade com os prazos de execução contratual previstos no Caderno de Encargos, contendo, no mínimo;

- As tarefas de coordenação de projeto;
- Tarefas inerentes aos lotes a que concorre por tipologia (2D e 3D e/ou Filme), e tipo de registo;

v. Nota metodológica com indicação da forma como se propõe realizar os trabalhos, evidenciando as técnicas, materiais e recursos que serão utilizados;

vi. Condições de pagamento;

vii. Prazo de validade da proposta.

c) Certidão do registo comercial atualizada ou número da certidão permanente ou código de acesso à mesma;

4. Sem prejuízo do acima exposto e de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º do CCP, integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo.
5. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos e no prazo determinado pelo artigo 66.º do CCP.
6. Os preços constantes na proposta são indicados em algarismos e por extenso em euros (EUR), com o máximo de duas casas decimais e não incluem IVA.
7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.

8. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
9. Sempre que, na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 15.º - Preço anormalmente baixo

O presente procedimento não prevê o valor que constitui um preço anormalmente baixo, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do CCP.

Artigo 16.º - Propostas variantes e Negociação de Propostas

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Não são admitidas propostas das quais resultem alterações de cláusulas do caderno de encargos e/ou do Programa.
3. O presente procedimento não prevê uma fase de negociação de propostas.

Artigo 17.º - Prazo de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data-limite para a sua entrega, conforme previsto no artigo 65.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18.º - Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Sempre que a proposta seja constituída por documentos em língua estrangeira, a mesma deverá ser acompanhada de tradução legalmente certificada.

Artigo 19.º - Júri

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri, constituído por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. O júri designado inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do presente Programa do Procedimento.
3. Compete ao júri:
 - a) Proceder à apreciação das propostas;
 - b) Elaborar os relatórios de análise e de avaliação das propostas;
 - c) Exercer, no âmbito do presente procedimento, todas as competências atribuídas originariamente pelo CCP ao órgão competente para a decisão de contratar da DRC-Alentejo, incluindo a resposta aos pedidos de esclarecimentos dos interessados, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do referido diploma, nos termos do Despacho datado de 26/09/2023 supra indicado, com exceção da prática dos seguintes atos identificados na parte final do n.º 2 do artigo 69.º do CCP:
 - i. Retificação das peças do procedimento;
 - ii. Decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados;
 - iii. Decisão de adjudicação.
 - d) A condução do presente procedimento de Concurso Público, caso seja apresentada uma única proposta, nos termos dos artigos 125.º e 147.º do CCP.

SECÇÃO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 20.º - Análise de Propostas

1. As propostas serão analisadas pelo júri de modo a verificar a sua conformidade com as normas legais e as peças do presente procedimento.

2. Sem prejuízo da aplicação das disposições legais vigentes, serão excluídas as propostas cuja análise revele:
- a) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos números 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos, publicado do Decreto-lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto;
 - b) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - c) Que o preço contratual seria superior ao preço base, fixado no caderno de encargos, definido nos termos do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) Um preço total anormalmente baixo, quando solicitados esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos, publicado no anexo III do Decreto-lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto nas alíneas e) e f) do número anterior será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.
4. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa.

Artigo 21.º - Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri pode pedir aos concorrentes, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, com as consequências descritas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
2. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de suprimento, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente, as situações tipificadas nas alíneas a) a c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
3. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculos contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido, ao abrigo do n.º 4 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 22.º - Critério de Adjudicação e Desempate

1. A adjudicação será feita por lote segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, em conformidade com o Modelo de Avaliação de Propostas do Anexo III, em função dos seguintes fatores:
 - a. Preço Global proposto – 60%;
 - b. Equipa de Projeto – 40%.
2. No caso de após a aplicação do Critério de Adjudicação se verificar um empate entre propostas, será efetuado o desempate através da utilização dos fatores densificadores do critério de adjudicação, por ordem decrescente de ponderação relativa, nomeadamente pela seguinte ordem de prevalência:
 - a. Fator Preço Global;
 - b. Fator Equipa.

3. No caso de subsistir um empate após a aplicação do método previsto no número anterior, realizar-se-á um sorteio presencial, nas instalações da Direção Regional de Cultura do Alentejo.
4. A não comparência ou a recusa de algum dos concorrentes em participar no sorteio não invalida a realização do mesmo, sendo representado pelo Presidente do Júri.
5. Os serviços da entidade adjudicante convocarão os concorrentes cuja avaliação da proposta tenha resultado em empate, com 3 (três) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio, e do qual será lavrado ata.

Artigo 23.º - Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação e modelo de avaliação definido no presente Programa.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que não cumpram o previsto no n.º 2 do artigo 146º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes de acordo com o presente Programa.

Artigo 24.º - Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso a todas as informações e comunicações escritas de qualquer natureza que tenham sido prestados, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 25.º - Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente, para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 26.º - Notificação da Decisão de Adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificar os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

4. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa.
5. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 27.º - Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a. Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d. Circunstâncias supervenientes ao termo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

Artigo 28.º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação de adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP (Anexo II ao Programa);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Certidão do Registo Comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar o adjudicatário;
 - d) Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).
 - e) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - iii) Certificado de registo criminal, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
2. A entidade adjudicante concederá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. Sem prejuízo de outros motivos de caducidade previstos no CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no programa do procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve comunicar o adjudicatário relativamente ao

qual o facto ocorreu, para que no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

6. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 29.º - Caução

1. O adjudicatário do Lote 1 prestará uma caução, no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, nos termos do art.º 88.º e seguintes do CCP.
2. A prestação da caução deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação.
3. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.
4. A caução deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Entidade Adjudicante, nos termos do modelo constante do ANEXO IV ao presente programa do concurso, que dele faz parte integrante;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, cujo beneficiário será a Entidade Adjudicante, nos termos dos modelos constantes dos ANEXOS V e VI, respetivamente, ao presente programa do concurso, que dele fazem parte integrante.
5. Nos termos da al. a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigida caução o adjudicatário do Lote 2.

SECÇÃO V - CONTRATO

Artigo 30.º - Aceitação da Minuta de Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao adjudicatário, considerando-se a mesma aceite quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 31.º - Reclamações contra a Minuta

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 32.º - Notificação de ajustamento ao Contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 33.º - Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;

- b. apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Confirmados os compromissos, se aplicável, referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
2. O prazo de 10 (dez) dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.
3. O contrato terá formato eletrónico, com aposição de assinaturas digitais qualificadas, sendo o adjudicatário notificado da outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum o prazo ser inferior a 3 (três) dias.

SECÇÃO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34.º - Dever de colaboração

1. A Entidade adjudicante pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

Artigo 35.º - Contagem de prazos

Todos os prazos indicados no presente Programa cumprem o disposto no artigo 470º do CCP.

Artigo 36.º - Encargos

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente procedimento e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.

Artigo 37.º - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 38.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

Anexos:

Anexo I - DEUCP

Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação (Anexo II do CCP)

Anexo III – Modelo de Avaliação de Propostas

Anexo IV – Modelo de caução prestada por depósito em dinheiro ou em títulos

Anexo V – Modelo de Garantia bancária

Anexo VI – Modelo de Seguro-caução

ANEXO I - DEUCP

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

Para a elaboração do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) dever utilizado o ficheiro disponibilizado na plataforma eletrónica em que decorre o procedimento, o qual deverá ser devidamente preenchido e assinado, devendo ser carregado para o site do IMPIC, I.P. (ou para outro portal indicado por este Instituto) através do *link* <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>.

ANEXO II – Declaração de habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III – Modelo de Avaliação de Propostas

[a que se refere o artigo 22.º]

As propostas serão avaliadas, por lote, segundo o critério de adjudicação na modalidade de multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo o mesmo densificado pelos seguintes fatores:

Fatores	Coefficiente Ponderativo
Preço Global Proposto	60%
Equipa de Projeto	40%

A pontuação global de cada proposta será calculada através da seguinte expressão aritmética:

$$PG = PGP \times 0.60 + EP \times 0.40$$

Em que:

PG = Pontuação Global

EP = Equipa de Projeto

PGP = Preço Global Proposto

A. Preço Global Proposto

O fator Preço (P), que é expresso por um valor arredondado às centésimas, será calculado entre 0 e 100, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \left(\frac{Pb - Pgp}{Pb} \right) \times 100$$

Em que:

P = Fator preço

Pgp = Preço Global Proposto pelo Concorrente

Pb = Preço Base do presente procedimento

B. Fator Equipa de Projeto

O fator Equipa de Projeto (EP), que é expresso por um valor arredondado às centésimas, será calculado entre 0 e 100, de acordo com a seguinte fórmula.

Lote 1		
Competências	Anos de experiência relevante	Pontuação
Responsável de equipa	7	0 pontos
	9	50 pontos
	11	100 pontos
Restantes elementos da equipa com experiência em: <ul style="list-style-type: none"> fotografia profissional, Digitalização 3D por fotogrametria digital, Digitalização 3D por varrimento laser Modelação 3D. 	5	0 pontos
	10	50 pontos
	15	100 pontos

Lote 2		
Competências	Anos de experiência relevante	Pontuação
Responsável de equipa	7	0 pontos
	9	50 pontos
	11	100 pontos
Restantes elementos da equipa com experiência em: <ul style="list-style-type: none"> elaboração de guião captação de imagem captação de som edição de imagem edição de som sonoplastia sonorização legendagem de suportes audiovisuais 	5	0 pontos
	10	50 pontos
	15	100 pontos

- Na avaliação do presente fator apenas serão considerados projetos de natureza similar, em conformidade com as características previstas para a equipa de projeto no Caderno de Encargos.
- O elemento proposto como Responsável de equipa não poderá preencher os requisitos dos restantes elementos submetidos à concorrência.
- Os concorrentes poderão propor o número de elementos técnicos necessários à execução do projeto, sem um número mínimo, desde que, com pelo menos 5 (cinco) anos de experiência, devendo o conjunto dos elementos propostos preencher todas as competências avaliadas.
- Para efeitos de avaliação, apenas se consideram preenchidos os “anos de experiência relevante” quando os *curricula* da equipa evidenciarem o número de anos em todas as competências elencadas.
- A apresentação de propostas com experiência inferior ao exigido, ou omissão, em alguma das competências constitui motivo de exclusão das mesmas.

Anexo IV - Modelo de caução prestada por depósito em dinheiro ou em títulos

Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos _____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para o concurso público CPI n.º [...], nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de [Entidade Adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

Anexo V - Modelo de Garantia Bancária

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento de concurso público CPI n.º [...] destinado à celebração do contrato de [colocar designação do procedimento], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor de [Entidade Adjudicante] (adiante designados por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

Anexo VI - Modelo de Seguro-caução

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor de [Entidade Adjudicante] (“Beneficiário”), e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no concurso público CPI n.º [...], destinado à celebração do contrato de aquisição de [colocar designação do procedimento], com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no referido contrato.

Nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação, a companhia de seguros obriga-se a pagar à [Entidade Adjudicante], até _____ Euros [repetir por extenso], , sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à [Entidade Adjudicante] -quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]